

Descerramento de placa oficializa UAA em Coração de Jesus

20/01/2026



Foi realizado, nesta segunda-feira (19/1/2026), o descerramento da placa e visita às instalações da Unidade Avançada de Atendimento (UAA), na cidade de Coração de Jesus. A solenidade ocorreu às 17h, no Fórum Deputado Esteves Rodrigues, localizado na Rua Professora Maria Lúcia, 380.

Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal é instalada em Pirapora

22/01/2026



Pirapora é mais um município do Norte de Minas a receber uma Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal. A cerimônia, realizada nesta quarta-feira (21/1/2026), na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pirapora, marcou a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica que viabiliza a instalação da unidade, vinculada à Subseção Judiciária de Montes Claros.

TRF6 conclui primeira fase da Modernização do Primeiro Grau em Minas Gerais

26/01/2026

MODERNIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU
Atenção advogados, procuradores e partes.
A primeira fase da Modernização do Primeiro Grau de jurisdição foi concluída.
Conheça as principais alterações:

- ✓ Minas Gerais não conta mais com JEFs autônomos. As Varas Cíveis e as Varas de JEF passaram a ser Varas Cíveis com JEF adjunto cível;
- ✓ Minas Gerais passa a contar com 6 macrorregiões criminais, com Varas especializadas em Belo Horizonte, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba;
- ✓ Os processos cíveis das Varas que se especializaram em matéria criminal foram redistribuídos;
- ✓ Em razão da especialização, houve alteração da numeração das Varas em algumas Subseções;
- ✓ As execuções fiscais não tramitam mais no interior do Estado de Minas Gerais, apenas na Capital;
- ✓ As Varas de Execução Fiscal contam com JEF Adjunto Tributário, responsável por processar e julgar ações tributárias com valor da causa de até 60 salários - mínimos de todo o Estado de Minas Gerais;
- ✓ As execuções fiscais promovidas por Conselhos Profissionais passaram à competência da 7ª Vara de Execução Fiscal de Conselhos Profissionais e JEF Adjunto.

Acesse a [Res. PRESI n. 14/2025](#).

TRF6 e TJMG firmam cooperação para atendimento de pacientes judiciários federais

03/02/2026



Presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos Corrêa Júnior e presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) firmou Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para o atendimento de pacientes judiciários federais em Minas Gerais. A iniciativa busca aprimorar a prestação jurisdicional, com foco no acolhimento humanizado, na garantia de direitos e no atendimento especializado, em consonância com a Política Antimanicomial do Poder Judiciário Nacional.

TRF6 inicia audiências do caso Brumadinho a partir desta segunda-feira (23 de fevereiro)

20/02/2026



A Justiça Federal de Minas Gerais inicia, em 23 de fevereiro de 2026, as audiências de instrução e julgamento relacionadas ao rompimento da Barragem B1, na cidade de Brumadinho. Considerado um dos maiores processos da história da Justiça Federal, o caso envolve 17 réus e apura crimes ambientais e os 272 homicídios decorrentes da tragédia. As audiências irão ouvir réus e testemunhas sobre a tragédia que abalou o Estado de Minas Gerais e o Brasil.

A Vale S.A., a TÜV SÜD e 16 ex-executivos vinculados a essas empresas figuram como réus na ação penal, na qual lhes são imputados crimes de homicídio e ambientais, em razão do rompimento da Barragem B1, em Brumadinho.

A fase de instrução e julgamento destina-se à produção de provas e à oitiva de acusação e defesa, a fim de apurar eventuais falhas nos sistemas de segurança e possíveis condutas negligentes que teriam concorrido para o evento que resultou em 272 óbitos.

TRF6 participa, no Conselho da Justiça Federal, de reunião com representante da Albânia para fortalecimento da cooperação internacional

26/02/2026



A desembargadora Simone Lemos, do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), responsável pela criação do Centro de Cooperação Internacional da Justiça Federal, participou de reunião no CJF para aproximação e aprendizado com experiências vividas na Albânia no combate à criminalidade cibernética.

Justiça Federal oficializa Unidade Avançada de Atendimento na cidade de Manga

27/02/2026



A Justiça Federal oficializou a instalação de mais uma Unidade Avançada de Atendimento (UAA) no Norte de Minas, no município de Manga. Vinculada à Subseção Judiciária de Janaúba, a unidade está em funcionamento desde outubro de 2025. A cerimônia de descerramento da placa foi realizada na última terça-feira (24/2/2026). “Manga, localizada quase na divisa com a Bahia e banhada pelo Rio São Francisco, é

uma bela e próspera cidade, mas distante dos grandes centros. A presença da Justiça Federal aqui representa um marco para o município e para toda a região. É a afirmação da cidadania e do compromisso com o acesso a direitos. A unidade atenderá municípios como Juvenília, Miravânia, Montalvânia e São João das Missões, onde há significativa presença de comunidades indígenas, como os Xacriabás, além de diversas comunidades quilombolas. Trata-se de uma região que demanda atenção do Estado para o reconhecimento e a garantia de direitos, especialmente os previdenciários e sociais”, concluiu o presidente do TRF6.

Descerramento de placa marca instalação de UAA da Justiça Federal em Januária e reforça a presença da Justiça Federal no norte de Minas

27/02/2026



Nesta terça-feira (24/2/2026), foi realizada a cerimônia de oficialização com o descerramento da placa de instalação da Unidade Avançada de Atendimento (UAA) de Januária, unindo a população, a comunidade jurídica e autoridades locais com o Tribunal Regional Federal e ampliando o acesso da população aos serviços jurisdicionais.

Justiça Federal mineira alcança marco histórico ao fazer o atendimento da população com o 1º Juizado Especial Federal no Norte de Minas

27/02/2026



A Justiça Federal da 6ª Região realizou o atendimento da população do Norte de Minas com aterrações, orientações e perícias visando ao primeiro Juizado Especial Federal Itinerante no Norte de Minas Gerais. Essa importante fase dos Juizados ocorreu ao mesmo tempo no município de Januária e em comunidade quilombola vizinha da cidade, além de mais outros dois locais do Norte de Minas.

Os serviços judiciais constituíram uma oportunidade ímpar de acolhimento e ampliação do acesso à Justiça Federal, e representam um marco histórico para a região, ao possibilitar a aproximação entre a Justiça Federal e a população, com os atendimentos gratuitos e facilitados pela permanência de servidores do Tribunal Regional Federal e da Justiça Federal de primeira instância, e participação dos representantes de demais instituições como o INSS, Defensoria Pública Federal e Ministério Público Federal.

Justiça Federal promove atendimentos judiciais previdenciários ao povo Xakriabá

04/03/2026



No dia 25/2/2026 os Juizados Itinerantes da Justiça Federal da 6ª Região (TRF6) chegaram ao território Xakriabá, no município de São João das Missões, em Minas Gerais, com o propósito de prestar serviços judiciais, tais como recebimento de pedidos judiciais, prestação de informações, análise de documentos e colheita de prova no local.

Essa é a segunda etapa dos juizados federais no Norte de Minas, planejado e organizado em conjunto pela presidência, corregedoria e coordenação dos Juizados do TRF6 e pela diretoria do Foro da Justiça Federal. À frente da execução do projeto uma equipe de juízes federais e servidores executaram as atividades e fizeram os atendimentos, e tiveram ainda a participação da Procuradoria Federal da 6ª Região, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Ministério Público Federal (MPF). O evento contou ainda com o apoio da Prefeitura de São João das Missões, cujo prefeito Jair Xakriabá compareceu no local, além do apoio da liderança dos Xakriabás, dentre os quais os caciques Domingos e João.

TRF6 expande presença no interior de Minas

13/03/2026

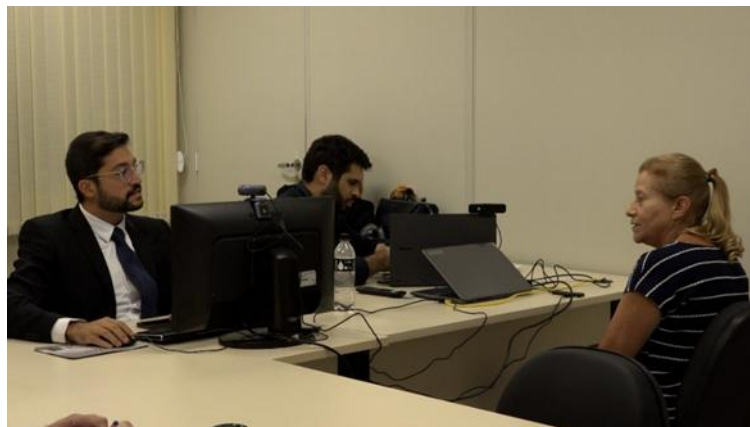


No dia 12 de março de 2026, foi realizada uma solenidade que marcou a chegada de três Unidades Avançadas de Atendimento (UAAs) da Justiça Federal da 6ª Região no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: uma unidade instalada em Ibiá, que recebeu o evento no Fórum da Comarca do município, e outras duas formalmente inauguradas em Araxá e Frutal. O evento também oficializou a implantação da Central de Processo Eletrônico nas Turmas Recursais de Araxá e Patos de Minas, além de prestar homenagem ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Afrânio Vilela, natural de Ibiá. O presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira, participou do evento. Além dele, participaram pelo TRF6: o secretário-geral da Presidência, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento; o diretor-geral, Jânio Mady; e o juiz federal Ronaldo Santos, representando o desembargador federal Grégore Moura, Coordenador dos Juizados Especiais Federais.

A criação das unidades avançadas amplia o acesso da população à Justiça Federal, aproximando os serviços do cidadão e facilitando o atendimento em regiões do interior do Estado.

Unidade Avançada da Justiça Federal em Araxá realiza primeira audiência

16/03/2026



Foi realizada, no último dia 12 de março, a primeira audiência de instrução e julgamento na Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal em Araxá (MG).

Para o juiz federal Victor de Carvalho, a realização de audiências em Araxá facilita o acesso à Justiça, especialmente para pessoas que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade social e que antes precisavam se deslocar para outras cidades.

O presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira, esteve presente na audiência e destacou a importância das Unidades Avançadas de Atendimento como uma nova estrutura de atuação da Justiça Federal, voltada à ampliação do acesso da população aos serviços judiciais. Segundo ele, a iniciativa também contribui para a reorganização das competências entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual.

TRF6 lança Prompteca 2.0 no aniversário de 5 anos do IluMinas

19/03/2026



Em comemoração aos seus cinco anos de atuação, celebrados no dia 19 de março, o IluMinas, Laboratório de Inovação do TRF6, apresenta a nova Prompteca.

A Prompteca 2.0 é o repositório de assistentes de inteligência artificial generativa testados e validados pela Comissão Curadora do Iluminas. A comissão é formada por magistrados e servidores de primeiro e segundo graus.

“A nova versão da prompteca nasce como um ambiente próprio, mais robusto e seguro, ampliando funcionalidades e permitindo o monitoramento detalhado de métricas de uso, adoção e reutilização de prompts”, destaca o vice-coordenador do Laboratório de Inovação, juiz federal substituto Pedro Henrique Lima Carvalho, um dos desenvolvedores da solução.

TRF6 disponibiliza relatório anual da Rede de Juízes da Haia referente a 2025

24 /03/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) disponibiliza o Relatório Anual de Atividades de 2025 da Rede Brasileira de Juízes de Enlace para a Convenção da Haia. O documento reúne as principais ações desenvolvidas ao longo do ano no âmbito da cooperação jurídica internacional, especialmente em casos de subtração internacional de crianças.

Coordenada pelo desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, a Rede é formada por magistrados e magistradas das seis regiões da Justiça Federal, entre eles o desembargador federal Pedro Felipe de Oliveira Santos, representante do TRF6. A atuação do grupo se concentra na interlocução entre autoridades brasileiras e estrangeiras, contribuindo para o andamento mais célere dos processos e para a efetividade das decisões judiciais que envolvem crianças em contexto transnacional.

TRF6 apresenta experiência inovadora em mediação para casos de subtração internacional de crianças

24 /03/ 2026



Da esq. p/ dir: o juiz de enlace da 6ª Região, desembargador federal Pedro Felipe Santo; juíza de enlace da 1ª Região, desembargadora federal Daniele Maranhão; o juiz de enlace da 5ª Região, desembargador federal Rogério Fialho Moreira; coordenador da Rede Brasileira de Juízes de Enlace e juiz de enlace da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama; representante da juíza de enlace da 3ª Região, desembargadora federal Audrey Gasparine; o juiz de enlace da 4ª Região, desembargador federal Fernando Quadros.

Durante evento promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF), o Tribunal Regional Federal da 6ª Região apresentou uma iniciativa que tem mudado a forma de lidar com casos de subtração internacional de crianças no Brasil.

O desembargador federal Pedro Felipe Santos, juiz de enlace da Convenção de Haia de 1980 na 6ª Região, compartilhou a experiência do Núcleo de Cooperação e Mediação do TRF6, criado para atuar nesses processos. A estrutura foi instituída pela Resolução Presi 48/2025 e é considerada inédita no âmbito da justiça brasileira.

TRF6 inicia imersão presencial do novo sistema de gestão de pessoas

25/03/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou, na segunda-feira (23/3/2026), a abertura da Imersão Presencial do SERH, novo sistema de gestão de pessoas da instituição.

Participaram do evento o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira; o diretor-geral, Jânio Mady dos Santos; o juiz federal Pedro Henrique Carvalho; e, representando o Conselho da Justiça Federal (CJF), Tiago da Costa Peixoto. Também estiveram presentes servidores do TRF6 e representantes de outros tribunais, como o TRF1 e o TRF4, que prestam apoio técnico ao desenvolvimento e à implementação do sistema.

O SERH tem como objetivo conferir mais agilidade aos processos internos relacionados à gestão de pessoal, além de otimizar o uso da força de trabalho, especialmente em um contexto de equipes reduzidas. Nesta fase inicial, a implantação será voltada à área de magistrados, com previsão de extensão aos servidores no primeiro semestre de 2027.

São João Nepomuceno recebe Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal

26/03/2026



A cidade de São João Nepomuceno recebeu, nesta quarta-feira (25/3/2026), Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal, em cerimônia realizada no Museu Municipal, localizado na Praça Barão do Rio Branco, no centro da cidade. A solenidade marcou a inauguração das instalações da unidade, situada na Rua Joaquim Murtinho, número 67, também no centro, com o desenlace da fita inaugural e a formalização de parcerias institucionais. Esta é 40ª Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal inaugurada no interior de Minas Gerais. A população dos municípios de Descoberto, Guarani, Rochedo, Bicas, Guarará, Mar de Espanha, Rio Novo, dentre outros municípios, será beneficiada pela chegada da UAA na região.

Evento no TRF6 amplia debate sobre direitos e inclusão de povos ciganos

27/03/2026



Foi realizada, na última quinta-feira (26/3/2026), no auditório do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), a palestra “Cultura, Direitos e Realidade dos Povos Ciganos”. A iniciativa do TRF6 vinculada ao Projeto JusPovos, tem como objetivo fortalecer a promoção dos direitos e a inclusão de povos e comunidades tradicionais no âmbito do sistema de justiça.

A atividade também foi transmitida pela plataforma Microsoft Teams, permitindo a participação de magistrados, servidores e colaboradoras das subseções do interior.

O vice-diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais do TRF6 e gestor do Pacto pela Equidade Racial, juiz federal Grigório Carlos dos Santos, participou do evento representando o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira. Segundo o magistrado, a palestra dá continuidade às ações do Comitê JusPovos e tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre a cultura, a relevância e os desafios enfrentados pelos povos ciganos.

TRF6 adere a pacto para fortalecer ações de prevenção à violência contra a mulher

31/03/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) aderiu ao Pacto “Ninguém se Cala”, iniciativa promovida pelo Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPSP) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

A ação tem como objetivo fortalecer medidas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, com foco no apoio às vítimas e no combate à cultura do estupro, ao

assédio e a outras formas de violência de gênero em ambientes públicos e privados, incluindo espaços educacionais, culturais, esportivos, de lazer e entretenimento.

Entre as ações previstas estão a realização de campanhas de conscientização, a oferta de suporte e acolhimento a mulheres em situação de risco em espaços adequados para escuta, orientação e atendimento emergencial, além da divulgação de canais de denúncia e de normas relacionadas ao tema.

TRF6 adota selo para dar prioridade a processos de pessoas com doenças raras

01/04/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) lançou, nesta terça-feira a adoção do “Selo dos Raros”. A iniciativa tem como objetivo dar prioridade e visibilidade a processos judiciais que envolvam pessoas com doenças raras no estado.

O desembargador federal Marcelo Dolzany da Costa, membro do TRF6 no Comitê Estadual de Saúde, destacou que a iniciativa segue modelo já adotado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e busca dar prioridade a processos que envolvem pessoas com doenças raras. Ainda segundo ele, a medida considera a limitação temporal de muitos tratamentos. “Em diversos casos, o tempo do processo judicial não acompanha a urgência do tratamento. Na Atrofia Muscular Espinhal (AME), por exemplo, há restrição etária para a administração do medicamento. Se a decisão não for célere, o tratamento pode perder a eficácia”, explicou.

Justiça Federal lança campanha para ampliar conscientização previdenciária em Minas Gerais

07/04/2026



A Justiça Federal de Minas Gerais lançou a “Campanha de Conscientização Previdenciária”, com o objetivo de orientar os cidadãos mineiros sobre os requisitos necessários para garantir seus direitos previdenciários.

A iniciativa surgiu a partir da percepção de juízes federais sobre a baixa conscientização previdenciária de parcela significativa da população. Segundo os magistrados, muitos trabalhadores ainda não estão inseridos no sistema de Previdência Social ou interrompem suas contribuições, sem considerar situações como doença, acidente, invalidez, morte ou a necessidade de renda na velhice. Também foi identificado que muitos cidadãos vivem em uniões estáveis não formalizadas, o que pode dificultar o acesso a benefícios, como a pensão por morte.

A campanha foi idealizada pelo juiz federal da 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da 6ª Região, Flávio da Silva Andrade, e conta com o apoio do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6). Em sua fase inicial, em Uberlândia, o projeto também contou com o apoio do juiz federal Gustavo Soratto Uliano e da juíza federal substituta Ana Cláudia Machado.

A ação conta com o apoio da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que, por meio de convênio com o TRF6, passará a incluir mensagens de conscientização previdenciária nas faturas de energia elétrica em todo o estado.

Vice-presidente do TRF6 recebe Medalha Presidente Pedro Aleixo em Mariana

10/04/2026



O vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Ricardo Machado Rabelo, participou, nesta sexta-feira (10/4/2026), da cerimônia de entrega da Medalha Presidente Pedro Aleixo, no Cineteatro Municipal de Mariana. Na ocasião, o magistrado recebeu a comenda na

categoria especial, em reconhecimento à coordenação e supervisão da mesa de repactuação do Acordo de Mariana, conhecido como Novo Acordo da Bacia do Rio Doce.

A Medalha Presidente Pedro Aleixo é concedida pelo município de Mariana a pessoas que se destacam por sua atuação em áreas de interesse público, como justiça, cidadania e serviço público.

Instituída pela Lei Municipal nº 3.170, com o nome “Medalha do Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo”, a homenagem era voltada, inicialmente, ao reconhecimento de juristas. Com a edição da Lei nº 3.722, passou por reformulação, adotou a denominação atual e ampliou o alcance para incluir contribuições em diferentes áreas, como educação, política e cultura.

A participação do vice-presidente do TRF6 na cerimônia reforça o diálogo institucional entre a Justiça Federal e os municípios mineiros.

A entrega da medalha evidencia a valorização de trajetórias ligadas ao serviço público e marca mais um momento de aproximação entre o Tribunal e a sociedade mineira.

TRF6 reforça cidadania e inclusão social na Semana Nacional do Registre-se

13/04/2026



A 4ª edição da Semana Nacional do Registro Civil – Registre-se! começou nesta segunda-feira (13/4/2026) e segue até o dia 17 de abril em todo o país, mobilizando cartórios para garantir o acesso gratuito à documentação básica, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa é coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça e, em Minas Gerais, conta com a atuação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e do Recivil.

A ação reforça o papel estratégico dos cartórios de registro civil na promoção da cidadania. Durante a semana, serão oferecidos serviços gratuitos, como: emissão de certidão de nascimento, carteira de identidade e regularização documental. Estas etapas são fundamentais para o acesso a direitos básicos, emprego e políticas públicas.

Na capital mineira, Belo Horizonte, a abertura ocorreu na UAI Praça Sete, com atendimentos realizados das 8h às 12h, voltados principalmente à população em situação de rua.

TRF6 inicia série de encontros sobre reforma tributária e seus impactos na Justiça Federal

16/04/2026



A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) iniciou, na última quarta-feira (15/4/2026), o curso “Reforma Tributária – Desafios para a Justiça Federal”. A iniciativa prevê uma série de encontros voltados ao esclarecimento de temas relacionados à reforma tributária brasileira. O evento presencial também foi transmitido pela plataforma Microsoft Teams.

O primeiro encontro abordou o tema “Fundamentos e princípios do novo modelo de tributação introduzido pela Emenda Constitucional (EC) 132/2023” e foi conduzido pelo procurador da Fazenda Nacional, professor de Direito Tributário e doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Leonardo de Andrade Rezende Alvim.

A abertura foi feita pela diretora da Escola de Magistratura do TRF6, a desembargadora federal Mônica Sifuentes, que agradeceu aos participantes e organizadores e destacou a experiência do palestrante. Ela ressaltou a importância do tema, especialmente para magistrados que atuam na área tributária, e manifestou confiança na apresentação de um panorama sobre os efeitos da reforma, seus possíveis benefícios e os reflexos no Judiciário, sobretudo quanto ao volume e à natureza das demandas decorrentes das mudanças no sistema tributário.

Panorama da reforma tributária

“É muito relevante discutir esse tema neste momento, pois o TRF6 em breve irá lidar diretamente com as questões decorrentes da reforma tributária. O curso irá apresentar basicamente todos os polos centrais da reforma. Além disso, o Tribunal poderá participar das discussões que estão ocorrendo sobre a reforma judicial tributária, que já conta com proposta formalmente apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, afirmou o palestrante.

Impactos no Judiciário

Ao abordar os possíveis impactos da reforma, Leonardo Alvim destacou a expectativa de redução do contencioso tributário na Justiça Federal.

“A reforma tende a reduzir o número de ações ao substituir o modelo atual, marcado pela fragmentação da base tributária entre diversos entes federativos, por uma base única e compartilhada que tem a pretensão de não deixar furos. Além disso, há simplificação de alíquotas e redução de regimes especiais. Outro ponto relevante é o *split payment*, que condiciona o aproveitamento de créditos ao pagamento prévio do tributo. Sem pagamento, não há crédito. Essa medida pode reduzir a inadimplência e, consequentemente, o número de ações judiciais, como as execuções fiscais”, concluiu.

Alunos da Unilavras conhecem na prática o funcionamento do TRF6

16/04/2026



Estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de Lavras (Unilavras) realizaram, na última quarta-feira (15/4/2026), uma visita institucional ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6). Na ocasião, os 34 alunos conheceram a estrutura do Tribunal e acompanharam a sessão presencial da 1ª Turma Suplementar.

A sessão foi presidida pela desembargadora federal Luciana Pinheiro Costa, que destacou a importância da iniciativa para aproximar os estudantes da realidade do Judiciário. Segundo ela, a experiência contribui para que os alunos identifiquem sua vocação, especialmente diante da necessidade de profissionais comprometidos com as carreiras jurídicas.

O presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, apresentou um panorama sobre a criação, a estrutura e a atuação do Tribunal.

Para a estudante do quarto período de Direito da Unilavras, Larissa Beatriz Barbosa, a visita contribui para ampliar a visão sobre as possibilidades na área jurídica. “Esse tipo de atividade é muito importante porque desperta o interesse e ajuda a entender melhor a

carreira jurídica. Permite avaliar se temos vocação e conhecer outras áreas além da advocacia. Estou achando a visita muito interessante”, disse.

Já Lorena Aparecida Mesquita Silva, estudante do quinto período, destacou o contato com a prática. “Essa visita é muito importante porque nos tira da teoria da sala de aula e nos aproxima da prática. Assim, conseguimos compreender melhor como funciona o meio jurídico. É a minha primeira vez no Tribunal e está sendo uma experiência muito enriquecedora”, afirmou.

TRF6 inaugura galeria de retratos de ex-presidentes e recebe visita de ministro em solenidade histórica

22/04/2026



Foi inaugurada nesta sexta-feira, 17 de abril de 2026, a galeria de retratos de ex-presidentes do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), em uma solenidade que marcou a valorização da memória institucional. A inauguração marcou um momento simbólico para a Justiça Federal em Minas Gerais, homenageando aqueles que contribuíram para a construção da Corte. Na ocasião, o retrato da ex-presidente Mônica Sifuentes foi colocado na galeria como a primeira presidente da Corte.

Compuseram o dispositivo de honra: o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira; o vice-presidente e corregedor da Corte, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo; a primeira presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região no biênio 2022/2024, desembargadora federal Mônica Sifuentes; o ministro do

Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins; o procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 6ª Região (PRR6), Patrick Salgado Martins; e o desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Luís Carlos Gambogi.

Também participaram da inauguração os desembargadores federais Boson Gambogi, Derivaldo de Figueiredo Filho, Luciana Pinheiro Costa e Miguel Angelo; o juiz federal convocado Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves; o diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal José Carlos Machado Júnior; o secretário-geral da Presidência, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento; as juízas federais Fernanda Martinez Silva Schorr e Ana Paula Mathias; o presidente da Associação dos Juízes Federais do Estado de Minas (AJUFEMG), juiz federal Mário de Paula Franco Júnior; o secretário-geral do TRF6 no biênio 2022/2024, juiz federal Ivanir César Ireno Júnior; o diretor-geral do TRF6 no biênio 2022/2024, Edmundo Veras; além de servidores e colaboradores do tribunal.

Primeira presidente

Nomeada presidente em 18 de agosto de 2022, Mônica Sifuentes conduziu o TRF6 em seu período inicial de estruturação. Durante a solenidade, ela ressaltou o valor simbólico da homenagem. “São as memórias que a gente traz das nossas conquistas e das coisas boas que fizemos”, afirmou.

Visita institucional do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

O ministro Humberto Martins também realizou visita institucional à Presidência do Tribunal. Na ocasião, ele destacou o papel fundamental desempenhado por Mônica Sifuentes na criação do TRF6.

Segundo o ministro, a magistrada assumiu a condução da Corte em um momento decisivo. “Com sensibilidade, coragem e espírito público, dirigiu o Tribunal em sua fase inicial”, afirmou o ministro.

TRF6 realiza primeira cerimônia de entrega da comenda Sepúlveda Pertence

22/04/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou, na última sexta-feira (17/4/2026), a primeira sessão solene da Comenda do Mérito Judiciário Ministro Sepúlveda Pertence, com a entrega de colares e medalhas. A cerimônia ocorreu no auditório do Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) e reuniu autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

Durante o evento, foi exibido um vídeo institucional produzido pela Comissão Permanente de Gestão da Memória (CPGM) sobre a criação do TRF6, intitulado “A luta de Minas por um Tribunal”. O material destacou os desafios enfrentados, a articulação institucional e o conjunto de esforços que resultaram na implantação do Tribunal.

O presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, destacou o significado da comenda e seu valor simbólico para a instituição. “A criação da medalha segue uma tradição dos tribunais federais de preservar a memória institucional. Como o TRF6 é recente, com quase quatro anos, entendemos que este era o momento de reconhecer personalidades que contribuem para o Judiciário. Esta primeira edição tem caráter especial e histórico ao homenagear aqueles que participaram da construção do Tribunal. A expectativa é dar continuidade à iniciativa, fortalecendo a memória da instituição. O TRF6 nasce como um tribunal do século XXI, comprometido com a liberdade, e eleva, nesta homenagem, o nome de Sepúlveda Pertence, símbolo da luta pela democracia”, disse.

Homenageados

Foi agraciado com o Grande Colar do Mérito Judiciário Sepúlveda Pertence o advogado e filho de Sepúlveda Pertence, Eduardo Pertence.

Receberam o Colar do Mérito Judiciário Sepúlveda Pertence:

- o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins;
- o ministro do Tribunal de Contas da União, Antônio Anastasia;
- o desembargador federal do TRF6, Álvaro Ricardo de Souza Cruz;
- o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior;
- o procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, Patrick Salgado Martins;
- o presidente da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais, juiz federal Mário de Paula Franco Júnior.

Também foram agraciados com a Medalha do Mérito Judiciário Sepúlveda Pertence:

- o deputado federal Diego Andrade;
- o desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (biênio 2022-2024), José Arthur de Carvalho Pereira;
- o procurador-geral da Ordem dos Advogados do Brasil Nacional, conselheiro federal da OAB-MG e ex-presidente da OAB-MG (2022-2024), Sérgio Rodrigues Leonardo;
- o ex-deputado federal por Minas Gerais, Fábio Ramalho.

Presidentes dos TRFs instituem o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais

23/04/2026



Nesta quarta-feira (22/4/2026), o presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira, tomou posse como membro fundador, da instituição do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais (COLPREFE), durante sessão solene realizada no Plenarinho do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília (Distrito Federal).

A iniciativa partiu dos próprios presidentes das seis cortes regionais federais do país, que resolveram criar uma entidade que englobe a Justiça Federal da União e que possa representar de forma única as presidências dos TRFs.

Na solenidade, os seis presidentes aprovaram, por unanimidade, o estatuto de criação do colegiado, documento que foi lido pelo secretário-geral da Presidência do TRF1, juiz federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho.

Na mesma ocasião, foram eleitos como membros fundadores os seis presidentes dos TRFs: desembargador João Batista Gomes Moreira/TRF1 (sucedido a partir de 23/04/2026 pela desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso); desembargador Luís Paulo de Araújo Filho/TRF2; desembargador Roberto Machado/TRF5; desembargador Vallisney de Souza Oliveira/TRF6; desembargador federal João Batista Pinto Silveira/TRF4, eleito presidente do COLPREFE; e o desembargador federal Luís Antônio Johonsom di Salvo/TRF3, eleito vice-presidente do conselho.

TRF6 realiza a segunda etapa do concurso para juiz federal

24/04/2026



Candidatos ao I Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 6ª Região participaram, no último fim de semana, da segunda etapa do certame. No domingo (19/4/2026), foram aplicadas as provas discursivas, no período da manhã, e a prova de sentença cível, à tarde. Já na segunda-feira (20/4/2026), os candidatos realizaram a prova de sentença criminal.

O certame preencherá 28 cargos de juiz e juíza federal substitutos, além de formar cadastro de reserva para futuras vagas. Ao todo, 517 candidatos participaram desta etapa, vindos de diferentes estados do país. Desse total, 345 concorrem pela ampla concorrência, 137 são candidatos negros e cotistas e 37 são pessoas com deficiência.

Fórum debate inovação na Justiça Federal Criminal em Minas Gerais

27/04/2026



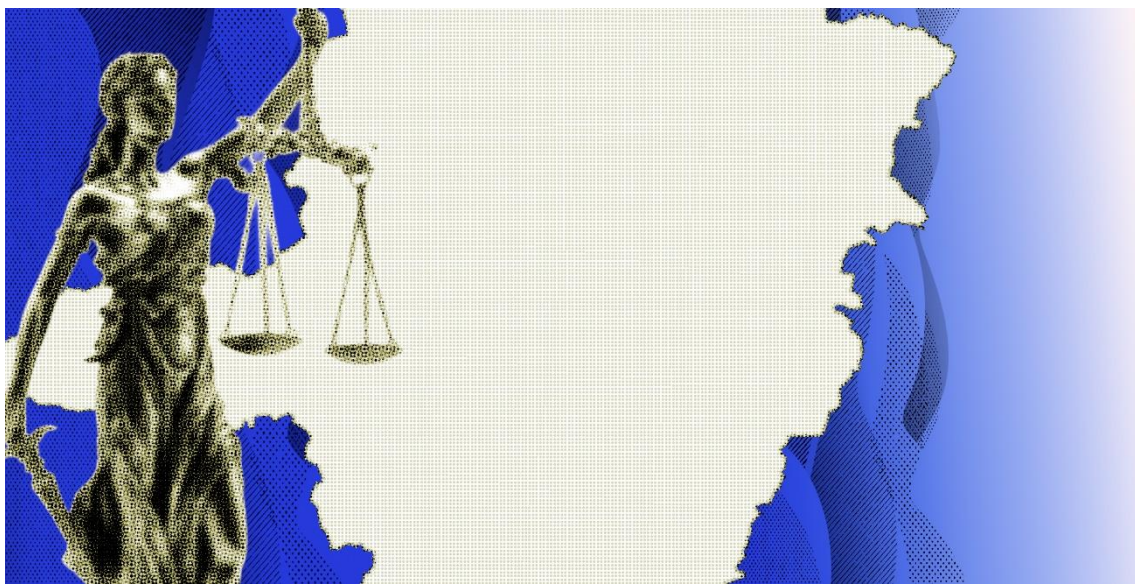
Magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados, servidores, colaboradores, estagiários e demais operadores do Direito participaram, nos dias 13 e 14 de abril de 2026, do Fórum Interinstitucional de Inovação na Justiça Federal Criminal de Minas Gerais. O evento foi realizado no auditório do Ministério Público Federal (MPF) em Minas Gerais, localizado na avenida Brasil, 1877, bairro Funcionários, em Belo Horizonte.

A iniciativa foi promovida pela Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, sob a direção da desembargadora federal Mônica Sifuentes, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências, o debate de boas práticas e a reflexão sobre soluções inovadoras voltadas à modernização da Justiça Federal Criminal.

Participaram do Fórum o vice-presidente e corregedor do TRF6, desembargador federal Ricardo Rabelo; o desembargador federal Grégore Moura; e os juízes federais Carlos Henrique Borlido Haddad, Gustavo Baião Vilela e Leonardo Araújo de Miranda Fernandes.

TRF6 aprova lista de jurisdição das subseções e reestrutura a Justiça Federal em Minas Gerais

28/04/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) publicou, em 6/4/2026, a Resolução Conjunta Presi/Coger nº 3/2026, que promove ampla reorganização da estrutura da Justiça Federal no Estado de Minas Gerais e estabelece, entre outros pontos, a lista de jurisdição das subseções judiciárias da 6ª Região. A norma consolida o processo de estruturação institucional do Tribunal, criado pela Lei nº 14.226/2021.

Com sede em Belo Horizonte e jurisdição em todo o Estado, o TRF6 é definido como o órgão máximo da Justiça Federal da 6ª Região. No primeiro grau, a estrutura é composta pela Seção Judiciária de Minas Gerais e pelas subseções judiciárias distribuídas entre a capital e o interior, além de unidades judiciárias descentralizadas, como as Unidades Avançadas de Atendimento (UAA) e os Pontos de Inclusão Digital (PID), voltados à ampliação do acesso da população aos serviços da Justiça Federal.

TRF6 leva atendimento jurídico a pessoas em situação de rua em Belo Horizonte

29/04/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou, nos dias 28 e 29/4/2026, atendimento jurídico a pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. A abertura do atendimento iniciou-se às 9h, do dia 28 de abril de 2026, no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro Pop Leste, localizado na rua Conselheiro Rocha, número 351, bairro Floresta, na capital mineira.

A iniciativa tem como objetivo principal a "busca ativa" de pessoas em situação de rua, levando os serviços judiciais diretamente ao encontro deles para garantir o reconhecimento de seus direitos fundamentais.

O projeto é fruto de uma parceria entre o TRF6 e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), utilizando os Centros Pop (loais onde a população vulnerável busca serviços básicos como higiene e alimentação) como base para o atendimento jurídico.

O atendimento oferecido pela Central da Justiça Federal focam primordialmente em facilitar o acesso a demandas previdenciárias e assistenciais, permitindo que pessoas em situação de rua busquem orientações e formalizem pedidos de aposentadorias e auxílios.

TRF6 inaugura UAA em São Francisco e amplia presença da Justiça Federal no interior de Minas

30/04/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) inaugurou, nessa quarta-feira (29/4/2026), a Unidade Avançada de Atendimento (UAA) de São Francisco (Minas Gerais), reforçando a estratégia de interiorização da Justiça Federal no estado. A nova unidade está vinculada à Subseção Judiciária de Montes Claros e atende também os municípios de Pintópolis e Icaraí de Minas.

A solenidade ocorreu na Faculdade de Desenvolvimento do Norte (Fadenorte), localizada na Rua Francisco Mendonça, número 880, bairro Jardim Graziela, e reuniu autoridades do Judiciário, gestores municipais e representantes da advocacia.

Juizado itinerante no Norte de Minas alcança 2,4 mil atendimentos e paga meio milhão em RPVs

4/05/2026



O primeiro Juizado Especial Itinerante realizado no Norte de Minas Gerais já demonstra impacto expressivo: foram mais de 2.400 atendimentos, que resultaram na abertura de mais de 1.100 processos e na emissão de mais de meio milhão de reais em Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Na última quinta-feira (30/4/2026), a iniciativa avançou com novas ações simultâneas na região, incluindo o atendimento dentro da aldeia Xacriabá, em São João das Missões, e também na região de Diamantina (segundo Juizado Itinerante), ampliando o acesso à Justiça para populações tradicionais e em situação de vulnerabilidade.

Os Juizados Federais Itinerantes são ações pontuais que buscam alcançar comunidades hipossuficientes, que muitas vezes não têm condições de contratar advogados ou enfrentam barreiras geográficas que dificultam o acesso aos seus direitos perante o Poder Público.

O presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira participou do Juizado Especial Itinerante. Ele destacou a pesquisa prévia feita pela Justiça no local. “Detectamos, há alguns meses, uma necessidade muito grande tanto em São João das Missões quanto em Januária. Nos organizamos em fases, com perícias, atendimentos, acordos e sentenças de juízes”, comemorou o presidente.

Acesso à Justiça em territórios indígenas e quilombolas

A realização do atendimento dentro da aldeia Xacriabá representou um marco importante, levando serviços judiciais diretamente às comunidades indígenas. Já em Januária, ocorreu o segundo Juizado Especial Itinerante com foco tanto na população quilombola quanto no público em geral.

O itinerante no Norte de Minas constituiu uma oportunidade ímpar de acolhimento e de ampliação do acesso à Justiça para as 37 aldeias indígenas localizadas na região, considerada distante dos grandes centros e da capital mineira. A iniciativa contribui para reduzir desigualdades históricas e fortalecer a cidadania dessas populações.

TRF6 recebe evento que reúne diretores de TI das seis regiões

06/05/2026



Nos dias 5 e 6 de maio, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região recebeu, pela primeira vez, o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (SIJUS) para um evento voltado à deliberação sobre os planos estratégicos de tecnologia da informação na Justiça Federal.

Charles Alves, secretário de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal (CJF), ressaltou que a reunião teve como foco a padronização e a uniformização das áreas de cibersegurança e inteligência artificial, governança de dados e integração de sistemas nacionais.

Dentre os sistemas geridos pelo CJF estão o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas (SERH) e a Assistência Judiciária Gratuita (AJG), entre outros.

Inauguração da UAA em Ouro Preto é destaque na mídia local

08/05/2026



Os moradores de Mariana e Ouro Preto agora não precisarão ir até Ponte Nova para participar das audiências da justiça federal, audiências de processos contra o INSS e perícias médicas serão realizadas na unidade na rua São José, ao lado da Caixa Econômica. O prédio que funcionava a receita estadual, foi cedido pelo Estado ao TFR, por 5 anos.

A solenidade contou com a presença dos prefeitos de Ouro Preto, Angelo Oswaldo, do prefeito de Mariana, Juliano Duarte, do presidente do TRF-6, desembargado Vallisneu Oliveira, do vice-presidente, desembargador Ricardo Machado, do Juiz José Carlos Machado, do diretor da Subseção de Ponte Nova, Lúcio Linhares, do presidente da Câmara, Vantuir Silva.

Ouro Preto – A juíza federal Dra. Patrícia Alencar Teixeira de Carvalho realizou ontem a primeira audiência da Unidade Avançada de Atendimento do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, homologando o acordo entre a Universidade Federal de Ouro Preto e o Ministério Público Federal em relação às moradias estudantis.

O Acordo homologado visa regular o sistema de gestão compartilhada das habitações estudantis. As denominadas “repúblicas federais” integram um modelo tradicional de moradia estudantil da Instituição em Ouro Preto.

Desdobramento de uma ação que tramita desde 2019, o acordo reunirá medidas relacionadas à: organização dos processos de ingresso de moradores; regulamentação do uso dos imóveis públicos; mecanismos de acompanhamento e fiscalização; além da promoção de práticas baseadas no respeito e na dignidade dos estudantes.

O Seminário foi aberto com o descerramento da placa alusiva à instalação da unidade avançada. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Afrânio Vilela, proferiu a aula magna.

Dia da Memória do Poder Judiciário

10/05/2026



No dia 10 de maio, o Brasil celebra o Dia da Memória do Poder Judiciário, data dedicada à preservação da história da Justiça e à valorização de sua trajetória institucional. Instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a data integra o calendário oficial e destaca a importância da memória como instrumento de fortalecimento democrático.

A preservação da memória da Justiça permite compreender a evolução das leis, das decisões e das estruturas que moldaram o sistema de justiça ao longo do tempo. Documentos, processos históricos e registros institucionais são fundamentais para garantir a transparência e a continuidade das ações do Poder Judiciário.

A data evidencia a importância da gestão documental e da conservação de arquivos, garantindo que informações relevantes estejam disponíveis para a sociedade. Esse cuidado contribui para fortalecer a confiança nas instituições e ampliar o acesso ao conhecimento jurídico.

Justiça e memória: Seminário do Observatório do TRF6 debate a preservação do patrimônio em Minas Gerais

11/05/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), por meio de seu recém-criado Observatório, promoveu o “Seminário do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural”, um evento estratégico que consolida o compromisso institucional com a proteção da memória brasileira. Realizado nas cidades históricas de Ouro Preto e Mariana, o Seminário buscou alinhar a atuação da Justiça Federal às necessidades da sociedade mineira, promovendo a sustentabilidade em suas dimensões históricas e culturais.

Um dos pontos centrais discutidos durante o encontro foi a necessidade de convergência entre os diversos órgãos de proteção. O prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo, destacou que, embora existam muitos atores no processo de preservação,

frequentemente há um "entrechoque de posições". Segundo ele, é fundamental que haja consenso entre o Ministério Público, o Poder Judiciário e órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). "O que falta é diálogo", afirmou o prefeito, ressaltando que a colaboração traz mais celeridade e eficácia às decisões que impactam o chão municipal.

Ação humanitária: TRF6 transfere R\$ 6,2 milhões a órgãos da Defesa Civil que atuam na Zona da Mata

12/05/2026



Uma reunião entre autoridades do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), das prefeituras municipais de Juiz de Fora e Ubá e suas respectivas Defesas Cíveis e do Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais (CBMMG), concretizou a doação de recursos à Defesa Civil dos municípios mineiros de Juiz de Fora e Ubá.

Para Juiz de Fora foram transferidos três milhões e meio de reais destinados à recuperação de áreas degradadas e à reparação dos prejuízos materiais e humanos causados pelas chuvas recentes; para a Ubá foram repassados quinhentos mil reais aos asilos atingidos pelos alagamentos e destruição geral; também foram destinados dois milhões e duzentos mil reais ao corpo de bombeiros do Estado de Minas Gerais para a

aquisição de uma viatura a ser utilizada exclusivamente na prevenção e combate a enchentes e incêndios no município de Ubá e adjacências.

TRF6 participou do 6º Encontro Nacional da Memória do Judiciário

12/05/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) participou do 6º Encontro Nacional da Memória do Judiciário (Enam), realizado em Belém (PA), entre os dias 5 e 8 de maio de 2026. Com o tema “Amazônia, Direitos Humanos e os desafios da Agenda 2030”, o evento reuniu magistrados, servidores, pesquisadores e especialistas de todo o país para debater políticas de preservação da memória institucional, gestão documental e valorização do patrimônio cultural do Poder Judiciário.

Representaram o TRF6 no encontro: o desembargador federal Derivaldo de Figueiredo, presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental e da Comissão Permanente de Gestão da Memória; Silas Batista, diretor da Coordenadoria de Gestão Documental; Sara Torres, supervisora da Seção de Biblioteca e Memória Institucional; e Márcia Regina dos Santos, supervisora da Seção de Gestão Documental.

TRF6 reforça compromisso com a equidade racial no 13 de Maio

13/05/2026



Neste dia 13 de maio, data que remete à Lei Áurea, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) convida à reflexão sobre os significados históricos e as controvérsias que envolvem a abolição da escravidão no Brasil.

Embora represente um marco formal de liberdade, a medida ainda não foi acompanhada de políticas de inclusão social, o que contribuiu para a perpetuação de desigualdades raciais que ainda se fazem presentes na sociedade brasileira.

Reafirmando seu compromisso institucional com a promoção da igualdade de direitos e oportunidades, o TRF6 destaca que não admite qualquer forma de discriminação e atua de maneira contínua para fortalecer uma cultura organizacional pautada na equidade, no respeito e na diversidade.

Diante desse cenário, a instituição conta com um Comitê de Equidade Racial, composto por magistrados, servidores e colaboradores, que desenvolve ações voltadas à conscientização e à construção de um ambiente institucional mais inclusivo

TRF6 realiza seminário de conscientização sobre combate ao trabalho escravo no dia 13 de maio

15/05/2026



No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, abolindo formalmente a escravidão no Brasil. Passados 138 anos, a data deixou de ser apenas uma homenagem e se tornou um marco para a reflexão crítica sobre as novas formas de escravização que persistem no mundo contemporâneo, atingindo milhares de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Foi pensando nesse tema que o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) promoveu nesta segunda-feira, 13 de maio, o Seminário de Conscientização sobre o Combate ao Trabalho Escravo, reunindo instituições como o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Justiça do Trabalho e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O evento ocorreu no plenário do tribunal, em Belo Horizonte, com o objetivo fazer reflexão sobre os significados históricos e as controvérsias que envolvem essa prática criminosa que ainda persiste em Minas Gerais e em todo o Brasil.

O presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, destacou o simbolismo da data e a natureza múltipla do evento. “Um seminário histórico porque marca essa data – 13 de maio – e um seminário manifesto, porque ainda existem formas de escravidão contemporânea no Brasil atual”, afirmou. O presidente explicou que a ideia surgiu a partir de uma conversa com o superintendente regional do trabalho,

Carlos Calazans, e foi encabeçada pelo TRF6, com a parceria da Clínica de Trabalho Escravo da Faculdade de Direito da UFMG.

TRF6 participa da 1ª reunião do Colégio de Presidentes dos TRFs

21/05/2026



O presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney de Souza Oliveira, participou, no dia 18 de maio, da 1ª Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais (Coprefe). O encontro foi realizado na sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília (DF).

A reunião foi coordenada pelo presidente do Coprefe, desembargador federal João Batista Pinto Silveira (presidente do TRF4), e pelo vice-presidente do Colégio, desembargador federal Luís Antônio Johansom di Salvo (presidente do TRF3).

Também participaram do encontro a presidente do TRF1, desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso; o presidente do TRF5, desembargador federal Francisco Roberto Machado; o representante da Presidência do TRF2, juiz federal Eduardo André Brandão de Brito Fernandes; a juíza auxiliar da Presidência e diretora-geral do TRF1, Dayse Starling Motta, e o juiz federal e auxiliar da Presidência do TRF4, Murilo Brião.

Durante a reunião, foram discutidos temas relacionados à estrutura e às atribuições do Coprefe; medidas para a retomada do projeto de lei das custas federais, por meio de articulação junto ao Congresso Nacional; questões remuneratórias; além de assuntos ligados à defesa institucional da Magistratura.

Congresso “Direito, Vida e Arte” debate cultura, reparação histórica e transformação social

25/05/2026



Realizado nos dias 21 e 22 de maio, no TRF6, o congresso “Direito, Vida e Arte” é uma iniciativa inédita no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. O evento propõe reflexões sobre a relação entre Direito, vida em sociedade e manifestações artísticas, reunindo especialistas de diferentes áreas em um espaço interdisciplinar de diálogo e produção de conhecimento.

A proposta é mostrar como as diversas linguagens da arte podem contribuir para a formação jurídica, o fortalecimento da cidadania e a construção de uma cultura de direitos humanos. O congresso também busca incentivar uma atuação profissional mais sensível, crítica e humanizada.

TRF6 dá nome de jurista a fórum da Justiça Federal em Passos

28/05/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) participou, nesta terça-feira (26/5/2026), da solenidade que oficializou a designação da Justiça Federal de Passos como Fórum Jurista Ariosvaldo de Campos Pires. O evento reuniu autoridades dos Três Poderes na sede da 51ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Passos, em um ato de homenagem e fortalecimento institucional da Justiça Federal na região.

A programação contou com palestras, entrega de placa de reconhecimento institucional aos filhos do jurista e visita oficial da comitiva do TRF6 à Subseção Judiciária de Passos, no Sul de Minas.

Cessão de terreno para futura sede da Subseção Judiciária de Passos

A cessão de um terreno pela Prefeitura foi formalizada durante o evento e representa uma medida de cooperação institucional entre o município e a Justiça Federal.

A iniciativa garante a disponibilização de um espaço para instalação da unidade, contribuindo para a consolidação da estrutura física do órgão na cidade.

TRF6 encerra Semana do Combate ao Assédio e à Discriminação com debates sobre ética e acessibilidade

1/06/2026



Terminou na sexta-feira (29/5) a programação da “Semana do Combate ao Assédio e à Discriminação”, promovida pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6). Ao longo de cinco dias, magistrados, servidores, colaboradores e convidados participaram de palestras, rodas de conversa e relatos de experiências voltados à prevenção, ao acolhimento e ao enfrentamento do assédio e da discriminação no ambiente de trabalho

A programação de encerramento foi mediada pelo membro da Comissão de Combate ao Assédio e à Discriminação, juiz federal Luciano Mendonça Fontoura, que destacou a importância da iniciativa para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso. Segundo ele, as atividades contribuíram para ampliar o conhecimento sobre temas como ética, assédio e discriminação no contexto institucional.

A “Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação” foi realizada pela Escola de Magistratura do TRF6, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação.

As notícias de assédio poderão ser apresentadas por qualquer pessoa que se sinta alvo de assédio ou discriminação no ambiente de trabalho, bem como por quem tenha conhecimento de fatos que possam caracterizar essas práticas.

Os canais de denúncia são responsáveis por receber os relatos, garantir o sigilo das informações e encaminhar as apurações necessárias, além de orientar as vítimas sobre medidas de proteção e suporte.

TRF6 participa do Encontro de ministros e presidentes de Cortes Nacionais e Internacionais sobre os princípios de Bangalore

1/06/2026



Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) foi sede, no dia 29 de maio de 2026, do Encontro Internacional de Presidentes de Tribunais sobre os Princípios de Bangalore de Conduta Judicial. O evento reuniu presidentes e membros de supremas cortes e de cortes superiores de diversos países, como Portugal, Argentina, Costa Rica, Alemanha, Irlanda, Países Baixos e Espanha, além de magistrados de tribunais nacionais e estrangeiros.

Promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e presidido pelo ministro Herman Benjamin, presidente do STJ e do Conselho da Justiça Federal (CJF), o Encontro

internacional contou com a presença do desembargador federal Vallisney Oliveira, que representou o TRF6; do desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo, presidente do TRF2; e de professores e pesquisadores de direito brasileiros.

Princípios de Bangalore e desafios contemporâneos da magistratura

Editados em 2001 pela Organização das Nações Unidas (ONU), os Princípios de Bangalore são valores universais que buscam orientar a atuação dos magistrados em todo o mundo, dentro e fora do processo, especialmente no que se refere às condutas de integridade, independência, imparcialidade, idoneidade, igualdade e diligência.

Os temas mais debatidos no encontro foram coragem, questões de gênero, transparência judicial e os desafios da magistratura diante da inteligência artificial generativa.

TRF6 participa de encontro nacional sobre comunicação pública promovido pelo CNJ

01/06/2026



O 5º Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reuniu, nos dias 28 e 29 de maio, em Brasília, profissionais da comunicação dos tribunais de todo o país. A proposta foi debater a comunicação

pública no âmbito do Poder Judiciário em um ambiente de integração, capacitação, troca de experiências e boas práticas.

Durante a abertura do evento, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, destacou a importância da comunicação para o Poder Judiciário.

A comunicação do Judiciário vai além da simples transmissão de informações. Ela implica construir confiança, garantir a compreensão das decisões e fortalecer a democracia brasileira”, afirmou o ministro.

Comitê JUS-POVOS reforça diálogo com comunidades tradicionais em programação no Vale do Rio Doce

02/06/2026



Ainda dentro das atividades do Comitê Interinstitucional JUS-POVOS, foi realizado, na terça-feira (2/6), no auditório da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Governador Valadares, o III Encontro do Comitê JUS-POVOS e o Seminário “Povos Tradicionais e Meio Ambiente”. O evento reuniu representantes do sistema de Justiça, especialistas, lideranças indígenas e integrantes de comunidades tradicionais em um espaço de diálogo, escuta e reflexão sobre os desafios enfrentados por esses povos e a proteção de seus direitos.

A programação do primeiro dia incluiu debates sobre mineração e seus impactos nos territórios indígenas, preservação das comunidades tradicionais, justiça de transição e os desdobramentos do Acordo de Mariana.

Diálogo e escuta institucional

De acordo com o presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) e do Comitê JUS-POVOS, desembargador federal Vallisney Oliveira, o encontro foi pensado para reunir diferentes perspectivas e experiências, permitindo uma discussão ampla sobre as demandas dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

TRF6 regulamenta atuação da Coordenadoria Regional de Demandas Estruturais e Cooperação Judiciária

09/06/2026



O presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira, assinou a Resolução Presi 19/2026, que regulamenta a organização, a estrutura e o funcionamento da Coordenadoria Regional de Demandas Estruturais e Cooperação Judiciária (CODES), órgão auxiliar previsto no Regimento Interno do Tribunal.

A medida estabelece diretrizes para o tratamento de processos complexos, conhecidos como demandas estruturais, e fortalece a política de cooperação judiciária no âmbito da Justiça Federal da 6ª Região. A resolução está alinhada às orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao dever de cooperação entre órgãos jurisdicionais previsto no Código de Processo Civil.

De acordo com o normativo, a CODES será composta por dois núcleos: o Núcleo de Demandas Estruturais e o Núcleo de Cooperação Judiciária. O primeiro atuará na gestão e no acompanhamento de litígios que envolvem múltiplos interesses, elevado impacto social e necessidade de soluções progressivas e duradouras. Já o segundo terá a função de promover a cooperação entre órgãos do Poder Judiciário e instituições parceiras, buscando maior eficiência, racionalização de procedimentos e prevenção de decisões conflitantes.

Entre as atribuições do Núcleo de Demandas Estruturais estão o mapeamento e a classificação de processos estruturais, o apoio aos magistrados na condução dessas ações, o desenvolvimento de metodologias de gestão e o incentivo à adoção de mecanismos adequados de resolução de conflitos. O núcleo também poderá contribuir para a capacitação de magistrados e servidores e para a criação de repositórios de boas práticas e decisões relacionadas ao tema.

Conselho da Justiça Federal aprova a criação de quatro varas federais para a Justiça Federal de Minas Gerais

09/06/2026

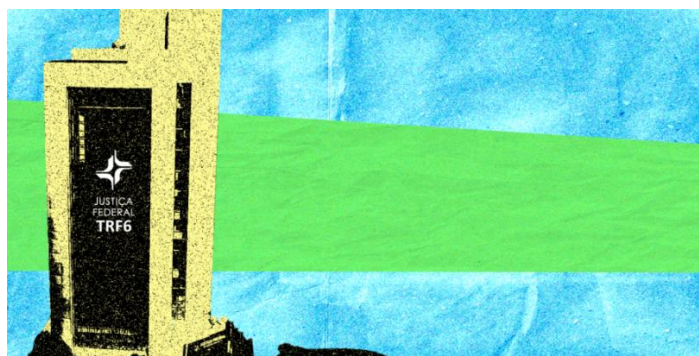


O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, por unanimidade, em sessão do Plenário Virtual realizada em 29 de maio, o anteprojeto de lei para a criação de quatro novas varas federais nas Subseções Judiciárias de Teófilo Otoni, Viçosa, Manhuaçu e Passos.

A proposta, encaminhada pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), representa um importante avanço na ampliação da capacidade de atendimento da Justiça Federal em Minas Gerais. A iniciativa contribuirá para a redução da sobrecarga processual, o aumento da celeridade na prestação jurisdicional e o fortalecimento do acesso à justiça, especialmente em regiões de elevada demanda e significativa relevância social.

TRF6 reforça compromisso ambiental durante a Semana Nacional da Pauta Verde

10/06/2026



Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) participa da II Semana Nacional da Pauta Verde, iniciativa promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os dias 8 e 13 de junho. A mobilização reúne tribunais de todo o país em torno de ações voltadas à sustentabilidade, à proteção ambiental e ao fortalecimento da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente.

Em sintonia com a proposta da campanha, o TRF6 revisitou algumas de suas principais iniciativas administrativas e decisões judiciais relacionadas à proteção ambiental, à sustentabilidade e à defesa dos direitos das presentes e futuras gerações.

Algumas histórias sobre proteção ambiental e sustentabilidade, contadas em decisões e iniciativas do TRF6

1. **Repactuação do Acordo de Mariana:** A Mesa de Repactuação do caso do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido na cidade de Mariana/MG em novembro de 2015, foi uma soma de esforços cujo intuito era encerrar definitivamente os diversos litígios envolvendo o desastre humanitário e ambiental por meio de um procedimento extrajudicial de conciliação, de diálogo e consensos. O resultado foi o acordo entre o Poder Público e as empresas Samarco, Vale e BHP, assinado e homologado em 2024, no qual o desembargador Federal Ricardo Machado Rabelo, atual vice-presidente e corregedor do TRF6, exerceu o papel de coordenador e supervisor.
2. **Criação do Comitê JUS-POVOS:** Instituído pela Portaria PRESI/TRF6 nº 261/2025, o Comitê Interinstitucional JUS-POVOS tem por finalidade promover a articulação institucional e o fortalecimento de políticas judiciais voltadas à efetivação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Estado de Minas Gerais. No tocante à questão ambiental, o Comitê tem projetos de atendimento às comunidades e povos tradicionais pelo Programa Justiça Carbono Zero (Resolução CNJ nº 594/2024) ou, ainda, projetos de reflorestamento dos territórios historicamente ocupados por estas populações, dentre outras propostas.
3. **Audiências do Caso Brumadinho:** as audiências de instrução e julgamento que ocorrem na 2ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte, relacionadas aos réus envolvidos no rompimento da Barragem B1 do Complexo Minerário do Córrego do Feijão, ocorrido em Brumadinho (região metropolitana da Capital) em 25 de janeiro de 2019, não dizem respeito apenas a casos de homicídios. Também são examinados os crimes ambientais supostamente praticados pela VALE S/A e seus funcionários (processo nº 1004720-30.2023.4.06.3800), bem como os crimes ambientais supostamente praticados pela TÜV SÜD (empresa de consultoria responsável pela inspeção da barragem rompida) e seus funcionários (processo nº 1004768-86.2023.4.06.3800).

TRF6 lança Programa Laboratório de Lideranças para fortalecer gestão e inovação

10/06/2026



Na última terça-feira (9/6), o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) iniciou a primeira turma de certificação executiva em Liderança e Inovação. A iniciativa, inédita na justiça federal, integra o Programa Laboratório de Lideranças, co-organizado pelo Laboratório de Inovação e pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

A certificação contará com curso de 20 horas-aulas, composto por palestras, oficinas e atividades básicas voltadas ao desenvolvimento de competências em gestão e inovação, com o objetivo de capacitar magistrados e servidores para os desafios do ambiente de trabalho contemporâneo.

O desembargador federal Pedro Felipe de Oliveira Santos destacou que por meio do Programa Laboratório de Lideranças, “os servidores terão a oportunidade de aprender metodologias de resolução de problemas e de gestão de pessoas. Além disso, poderão conhecer e aplicar ferramentas tecnológicas capazes de aprimorar a efetividade do tribunal, sempre com foco na melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços oferecidos ao cidadão”, afirmou.

Justiça Federal promove formação para gestores dos CEJUSCs e reforça cultura da conciliação

12/06/2026



Entre os dias 9 e 11 de junho, a Justiça Federal da 6ª Região (TRF6) promoveu a Formação em Gestão dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSCs), voltada a servidores responsáveis pela gestão dessas unidades.

Promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), vinculado à Coordenadoria Regional de Solução Adequada de Controvérsias (COJUS), a capacitação teve como objetivo qualificar os participantes para a gestão e operação dos CEJUSCs, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contribuindo para a implementação da Política Judiciária de Tratamento Adequado de Conflitos.

Conciliação e Justiça multiportas

Segundo o coordenador da Coordenadoria Regional de Solução Adequada de Controvérsias (COJUS), desembargador federal Álvaro Ricardo de Souza Cruz, a formação reforça a importância da conciliação e da mediação como instrumentos complementares à atuação do Judiciário, especialmente diante de demandas complexas conhecidas como processos estruturantes.

“Eu acho que a importância está exatamente na necessidade de que haja, dentro da Justiça, vários caminhos ou várias portas. Não só essa justiça adversarial, mas também a ideia da emancipação na qual as pessoas possam resolver suas questões, através da mediação e da conciliação. Hoje, com as dificuldades e com o intrincamento dos processos, que chamamos de processo estruturante, a necessidade da conciliação está surgindo não só como uma alternativa, mas também como um complemento à atuação da Justiça. Então, esclarecer isso para servidores e magistrados é um papel importante que temos feito”, disse o magistrado.

Em uma das palestras da programação, o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fernando Jayme abordou a evolução do conceito de acesso à Justiça e as diferenças entre acesso à jurisdição e acesso efetivo aos direitos. O docente destacou que o acesso à Justiça vai além da possibilidade de ingressar com uma ação judicial, envolvendo também a oferta de mecanismos adequados para a prevenção e a solução de conflitos.

Durante a exposição, foram discutidos ainda os avanços da chamada Justiça multiportas, modelo que incentiva a utilização de diferentes métodos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação, além da via judicial tradicional. Segundo o palestrante, a ampliação desses instrumentos contribui para soluções mais adequadas, céleres e consensuais, fortalecendo a pacificação social e a efetividade do sistema de Justiça.

Cofund apresenta atuação do TRF6 em audiência pública sobre conflitos fundiários na ALMG

12/06/2026



Presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TRF6, desembargador federal André Prado de Vasconcelos. Foto: Elizabete Guimarães/ALMG

O presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Cofund), desembargador federal André Prado de Vasconcelos, participou, em 10 de junho de 2026, de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), presidida pela deputada estadual Bella Gonçalves. Também representou o TRF6 na atividade a diretora de Apoio da Comissão Regional de Soluções Fundiárias, Anna Piantino.

A audiência foi realizada no âmbito do programa Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco (biênio 2025-2026) e teve como objetivo acompanhar as formas de garantia e de violação de direitos humanos em contextos de conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais em Minas Gerais.

Durante sua exposição, o desembargador André Prado apresentou a estrutura, as atribuições e a forma de atuação da Comissão Regional de Soluções Fundiárias, destacando os resultados alcançados ao longo do biênio e a relevância da construção de soluções consensuais e interinstitucionais para a prevenção e o tratamento adequado dos conflitos fundiários. A apresentação também buscou explicar, em linguagem simples e acessível, o papel desempenhado pela Comissão e os instrumentos previstos na Resolução CNJ nº 510/2023.

Novo serviço agiliza acesso a processos físicos arquivados na Justiça Federal da 6ª Região

17/06/2026



Na última sexta-feira (12/6), a Justiça Federal da 6ª Região lançou oficialmente o serviço de Atendimento de Desarquivamento de Processos Judiciais Físicos. Desenvolvido pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais (Diref), o projeto tem como objetivo modernizar e tornar mais eficiente o atendimento das demandas relacionadas ao desarquivamento de autos físicos no âmbito da Justiça Federal da 6ª Região.

O serviço pode ser agendado pelo portal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6).

A cerimônia de inauguração foi realizada no Arquivo da Justiça Federal, unidade onde serão prestados os atendimentos, localizada na Rua José Américo de Almeida, nº 88, bairro Camargos, em Belo Horizonte.

Participaram do evento o presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira; o diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal José Carlos Machado Júnior; o secretário-geral da Presidência, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento; o vice-diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Grigório Carlos dos Santos; além de servidores e colaboradores da instituição.

O diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal José Carlos Machado Júnior, agradeceu o empenho de magistrados, servidores e colaboradores envolvidos na implementação do projeto e destacou os avanços proporcionados pelo novo serviço.

Segundo o magistrado, o procedimento anterior exigia o deslocamento físico dos autos entre o arquivo e as secretarias, o que aumentava o tempo de atendimento e gerava riscos operacionais. O novo atendimento foi concebido para tornar os fluxos mais ágeis e eficientes, garantindo melhor atendimento aos usuários da Justiça Federal.

“O serviço de desarquivamento inteligente visa acelerar nossos fluxos de trabalho e proporcionar um atendimento mais eficiente a advogados, partes e demais usuários. Sua base é a racionalização dos serviços e o uso adequado da tecnologia. Se por um lado, a tecnologia otimiza o trabalho, por outro, ela também acelera o fluxo processual. Equilibrar essas facilidades e desafios é uma tarefa permanente do gestor. Com essa iniciativa, estamos utilizando a tecnologia para ampliar a eficiência dos serviços e melhorar a prestação jurisdicional”, concluiu.

Justiça Federal leva cidadania e acesso a direitos às comunidades tradicionais de Diamantina

17/06/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), por meio do Juizado Especial Federal Itinerante de Diamantina, concluiu mais uma importante ação de aproximação da Justiça Federal com populações historicamente vulnerabilizadas, levando atendimento previdenciário e assistencial diretamente às comunidades quilombolas de Quartel do Indaiá, Vargem do Inhaí, Santa Cruz e Vau, bem como à comunidade tradicional da Mata dos Crioulos.

A iniciativa foi realizada em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura Municipal de Diamantina e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), reafirmando o compromisso institucional do TRF6 com a promoção do acesso à Justiça e a efetivação dos direitos fundamentais das populações tradicionais. A ação decorreu de articulação iniciada junto ao Ministério Público Federal, diante das dificuldades de acesso dessas comunidades aos serviços públicos e previdenciários.

Durante a etapa de atendimentos, foram realizados 82 atendimentos individuais, resultando no ajuizamento de 68 ações judiciais voltadas principalmente à obtenção de benefícios previdenciários e assistenciais. Também foram realizadas 39 perícias médicas e 35 audiências, conduzidas nos dias 9 e 10 de junho de 2026 pelos Juízes Federais Ronaldo Santos de Oliveira, Coordenador das Turmas Recursais de Minas Gerais e Juiz Auxiliar da COJEF, e Cláudio Henrique Fonseca de Pina, Diretor da Subseção Judiciária de Sete Lagoas, realizadas na sede da UAA de Diamantina no *campus* da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Para as comunidades quilombolas e tradicionais atendidas, a ação possui especial relevância social. Muitas das demandas envolvem benefícios essenciais para a subsistência das famílias, como aposentadorias rurais, benefícios por incapacidade, benefícios assistenciais de prestação continuada (BPC/LOAS), pensões por morte e salário-maternidade. A atuação integrada dos diversos órgãos públicos possibilitou que os cidadãos recebessem orientação, realizassem perícias e participassem de audiências em suas próprias comunidades, fortalecendo a cidadania e promovendo inclusão social efetiva.

A experiência de Diamantina reafirma o compromisso do TRF6 com a construção de uma Justiça mais próxima da população, especialmente daqueles que historicamente enfrentam maiores obstáculos para exercer seus direitos.

TRF6 promove III Semana Nacional dos Juizados Especiais

17/06/2026



Começou na terça-feira (16/6), no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), a III Semana Nacional dos Juizados Especiais. Com o tema “Fortalecer os Juizados Especiais é fortalecer a Justiça”, a programação reúne workshops, painéis temáticos e apresentações voltados ao aperfeiçoamento das práticas jurisdicionais e ao compartilhamento de experiências institucionais.

A cerimônia de abertura reuniu o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira; o vice-presidente do Tribunal, desembargador federal Ricardo Rabelo; o coordenador dos Juizados Especiais Federais do TRF6, desembargador federal Grégore Moura; a diretora da Escola de Magistratura, desembargadora federal Mônica Sifuentes; o desembargador federal Miguel Angelo de Alvarenga Lopes, além de magistrados, servidores e autoridades do Poder Judiciário.

O coordenador dos Juizados Especiais Federais do TRF6, desembargador federal Grégore Moura, destacou que a Semana Nacional dos Juizados Especiais Federais é realizada de forma descentralizada pelos Tribunais Regionais Federais. Segundo ele, o evento promove debates sobre temas estratégicos para os juizados, como tecnologia, inovação, inteligência artificial e perícias sociais, além de incentivar a troca de experiências entre magistrados.

O desembargador ressaltou que um dos principais objetivos do encontro é reunir juízes de diferentes regiões de Minas Gerais para discutir desafios comuns, compartilhar boas

práticas e construir soluções capazes de aprimorar a prestação jurisdicional. Para ele, a realização do evento em Belo Horizonte permite integrar as diversas realidades do estado e disseminar iniciativas bem-sucedidas desenvolvidas pelas varas e unidades de atendimento do interior.

TRF6 elege por unanimidade nova administração para o biênio 2026-2028

19/06/2026



Em sessão ordinária do Plenário Administrativo realizada na quinta-feira (18/6), os 17 desembargadores federais participantes elegeram, por votação unânime, os novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) para o biênio 2026-2028. Os desembargadores federais Ricardo Machado Rabelo e Miguel Angelo de Alvarenga Lopes assumirão, respectivamente, a Presidência e a Vice-Presidência e Corregedoria da Corte.

TRF6 promove palestra sobre cultura, direitos e realidade dos quilombolas

19/06/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) promoveu, no dia 17 de junho, o segundo evento do projeto “Conhecendo os Povos Tradicionais de Minas Gerais”, com a palestra “Cultura, Direitos e Realidade dos Quilombolas”.

Durante a palestra, o professor, antropólogo e membro do Quilombo Mato do Tição, Joelton Carneiro de Lima, compartilhou a trajetória de sua família e de seus ancestrais.

Na sequência, o ativista e líder da Comunidade Quilombo Mato do Tição, Lindomar João dos Santos, falou sobre as dificuldades enfrentadas no passado para garantir a chegada de serviços básicos ao quilombo, como saúde e educação. Ele destacou que, apesar das conquistas alcançadas ao longo dos anos, a comunidade ainda luta pela preservação de seu território, cultura, tradições, costumes e religião, além do combate ao preconceito.

Presente na plateia, a diretora de Promoção e Reparação dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e presidente do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais, Mariana Ribeiro, destacou a importância do evento.

Sobre o Comitê JUS-POVOS

O Comitê Interinstitucional JUS-POVOS tem como objetivo promover a articulação entre instituições e fortalecer políticas judiciais voltadas à efetivação dos direitos de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, geraizeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, ciganos, entre outros, em Minas Gerais.

A iniciativa integra o Projeto JUS-POVOS, criado pelo TRF6 para mapear e estudar essas comunidades, estimular o diálogo com órgãos públicos e representantes dos povos tradicionais e propor ações que ampliem o acesso à Justiça e incentivem a sustentabilidade social, cultural e ambiental.

TRF6 participa de inauguração do Ciapop-BH

24/06/2026



O presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira, participou, nesta segunda-feira (22/6), da inauguração do Centro Integrado de Atendimento à População em Situação de Rua de Belo Horizonte (Ciapop-BH).

O novo espaço reúne instituições públicas para oferecer atendimento integrado e facilitar o acesso à Justiça, à documentação civil e a outros serviços essenciais para a população em situação de vulnerabilidade. A iniciativa está alinhada às diretrizes do Poder Judiciário mineiro para a promoção do acesso à Justiça e a garantia de direitos.

Serviços integrados para ampliar o acesso a direitos

O Ciapop-BH reunirá diversos órgãos e instituições públicas em um único espaço, facilitando o acesso à Justiça, à documentação civil, a benefícios socioassistenciais e a serviços nas áreas de saúde, assistência social, trabalho e cidadania. A iniciativa busca fortalecer a rede de proteção social e promover inclusão, cidadania e dignidade para a população em situação de vulnerabilidade.

Entre as instituições participantes estão o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB-MG).

Escola da Magistratura do TRF6 inicia processo de interiorização com evento em Varginha

24/06/2026



A Justiça Federal da 6ª Região realizou, nos dias 22 e 23 de junho, a Semana Regional da Conciliação do Sul de Minas, em Varginha, que teve como ponto central o Seminário “Trabalho Rural Feminino no Sul de Minas: Desafios e perspectivas Jurídicas”.

Durante os dois dias de programação, foram promovidas palestras, painéis e grupos de estudos sobre temas relacionados ao direito previdenciário rural, no auditório da OAB.

Interiorização da Escola da Magistratura

Na abertura do evento, a diretora da Escola da Magistratura do TRF6, desembargadora federal Mônica Sifuentes, destacou que o encontro marca o início do processo de interiorização da Escola. Segundo a magistrada, a escolha do Sul de Minas para sediar a primeira edição levou em consideração a relevância econômica da região e sua forte ligação com o trabalho rural.

“A escolha do Sul de Minas para este primeiro encontro não poderia ser mais adequada. Trata-se de uma região de grande relevância para a economia brasileira, marcada pela força do trabalho rural e pela expressiva participação das mulheres na produção agrícola, no empreendedorismo rural e na manutenção das famílias e comunidades do campo”, afirmou.

A desembargadora também lembrou a contribuição histórica das mulheres para o desenvolvimento das atividades rurais e os desafios ainda enfrentados por elas para o reconhecimento de seus direitos.

“As mulheres sempre estiveram presentes, trabalhando na produção agrícola, administrando propriedades, organizando a vida familiar e transmitindo conhecimentos e valores às novas gerações. Durante muito tempo, contudo, essa participação feminina permaneceu invisível ou insuficientemente reconhecida”, destacou.

Visita institucional aproxima TRF6 e OIM em ações de proteção a migrantes

24 de junho de 2026 15:54



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) recebeu, na última terça-feira (23/6), representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM) para uma visita institucional voltada ao fortalecimento da cooperação entre as instituições no enfrentamento ao tráfico de pessoas, ao contrabando de migrantes e a outras violações de direitos humanos.

O encontro marcou o primeiro contato formal entre o TRF6 e a OIM. Participaram da reunião o presidente do Tribunal, desembargador federal Vallisney Oliveira; o diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal José Carlos Machado Júnior; o secretário-geral da Presidência, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento; o diretor-geral do TRF6, Jânio Mady dos Santos; a juíza federal Carmen Elizângela Dias Moreira de Rezende; e a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Andréa Maria Nobre Gonçalves.

Sobre a parceria

Segundo a oficial nacional de Programas da OIM Brasil e coordenadora das Áreas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes, Socorro Tabosa, a aproximação entre as instituições é fundamental para garantir a proteção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade.

“A OIM busca garantir a mobilidade das pessoas de forma regular, ordenada e digna. Essa reunião aproxima nossa organização do TRF6 para buscarmos estratégias de enfrentamento a essa grave violação de direitos humanos que é o contrabando de migrantes, que explora as pessoas em suas necessidades de mudança de país”, afirmou.

Durante a reunião, Socorro Tabosa apresentou o programa “Aqui é Brasil”, desenvolvido em parceria com o Governo Federal em Minas Gerais. A iniciativa realiza o acolhimento semanal de brasileiros que retornam dos Estados Unidos em situação de deportação ou retorno forçado. Segundo ela, muitos desses migrantes deixaram o país por rotas irregulares operadas por redes de contrabando de migrantes.

TRF6 sedia reunião do Conselho Editorial da Justiça Federal

26/06/2026



Foi realizada, na quinta-feira (25/6), mais uma reunião do Conselho Editorial da Justiça Federal, integrado pelos assessores-chefes de Comunicação Social do Conselho da Justiça Federal (CJF) e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) das seis regiões. O encontro aconteceu na sede do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), em Belo Horizonte.

Participaram da reunião Ana Cristina Rosa, do CJF; Natália Paes, do TRF1; André Camodego, do TRF2; Carol Minorello, do TRF3; Patricia Picon, do TRF4; Isabelle Câmara, do TRF5; além da anfitriã, Vera Carpes, do TRF6.

A reunião reforçou a integração entre as equipes de Comunicação da Justiça Federal e permitiu o alinhamento de estratégias voltadas ao fortalecimento da atuação institucional.

Entre os temas debatidos, destacou-se a construção de diretrizes comuns para fortalecer a comunicação institucional da Justiça Federal, respeitando as especificidades de cada região. Os assessores discutiram a inclusão de temas relacionados à inteligência artificial e às redes sociais, considerando a evolução das ferramentas digitais e os novos desafios da comunicação institucional

Outro assunto de destaque foi o aprimoramento do Manual de Comunicação da Justiça Federal, a ser construído de forma colaborativa entre o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais.

Reportagem do TRF6 é finalista do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

01/07/2026



Seu Joaquim

A reportagem "**A longa estrada de Seu Joaquim**", produzida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), está entre as finalistas do **Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (PNCJ) 2026**, na categoria **Reportagem Escrita**. O trabalho foi desenvolvido pelo jornalista **Rodrigo Castro**, integrante da equipe da Ascom do TRF6, e concorre em uma das principais premiações voltadas à comunicação pública do Sistema de Justiça brasileiro.

Promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), o prêmio registrou, nesta edição, recorde de participação, com **421 trabalhos inscritos**, apresentados por **75 instituições de 24 estados brasileiros**. A iniciativa reconhece ações de comunicação desenvolvidas por tribunais, ministérios públicos, defensorias públicas, tribunais de contas, seccionais da OAB e outros órgãos do Sistema de Justiça, valorizando iniciativas que aproximam a Justiça da sociedade por meio de informação de interesse público.

TRF6 inaugura UAA no Serro e homenageia a ministra Assusete Magalhães

01/07/2026



A Justiça Federal da 6ª Região inaugurou, em 25 de junho, mais uma Unidade Avançada de Atendimento (UAA), na cidade do Serro. A nova unidade recebeu o nome da ministra aposentada Assusete Dumont Reis Magalhães, em homenagem póstuma. A cerimônia foi realizada na Câmara Municipal e reuniu familiares e amigos da ministra, autoridades do Poder Judiciário, membros do Ministério Público, advogados e representantes dos poderes Legislativo e Executivo. No mesmo dia, foram realizadas as primeiras audiências, com a formalização de acordos.

A cerimônia de inauguração foi presidida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira, e pelo vice-presidente e corregedor regional da Justiça Federal da 6ª Região, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo. Compuseram a mesa de honra o prefeito de Serro, Epaminondas Pires de Miranda; o presidente da Câmara Municipal, João Paulo Brandão Simões; a desembargadora federal Simone Lemos; o juiz federal Bruno Augusto Santos Oliveira, representando a presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso; o diretor do Foro da Comarca de Serro, juiz de direito Guilherme Pimenta; o diretor da Subseção Judiciária de Sete Lagoas, juiz federal Cláudio Henrique Fonseca de Pina; o juiz auxiliar Ronaldo Santos Oliveira, representando o coordenador dos Juizados Especiais, desembargador federal Grégore Moura; e a presidente da 216ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG) em Serro, Ariadna Leticy Figueiredo

Serviços oferecidos pela UAA

A nova UAA oferecerá serviços como atermiação de ações, atendimento às partes e aos advogados, informações processuais, realização de perícias médicas e audiências de conciliação, instrução e julgamento, inclusive por videoconferência.

TRF6 implanta Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH) para magistrados

01/07/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou, no dia 30 de junho de 2026, no Salão de Eventos do Plenário, em Belo Horizonte, a solenidade de implantação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH), ferramenta que representa uma importante etapa para a modernização da gestão de pessoas no âmbito da Justiça Federal da 6ª Região.

Nesta primeira etapa, o sistema atenderá cerca de 174 magistrados, além de aposentados e pensionistas vinculados à categoria. A definição faz parte da estratégia adotada pela Administração do Tribunal para garantir uma implementação gradual e segura.

Durante o período de transição, o SERH funcionará em paralelo ao sistema atualmente utilizado, assegurando a continuidade dos serviços e permitindo a identificação e correção de eventuais inconsistências.

A previsão é de que, até meados do segundo semestre de 2026, o Tribunal passe a operar exclusivamente com o novo sistema. Em seguida, será iniciada a implantação do módulo destinado aos servidores.

Com a adoção da plataforma, o TRF6 fortalece sua estratégia de transformação digital, reforçando o compromisso institucional com a inovação, a eficiência administrativa e a melhoria contínua dos serviços prestados aos magistrados e à sociedade.

Justiça Federal realiza visita histórica à comunidade quilombola de Queimadas

2/07/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) realizou, nesta sexta-feira (26/6), uma visita à comunidade quilombola de Queimadas, localizada no distrito de Serro, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). A comitiva, que contou com a presença do presidente do tribunal, desembargador federal Vallisney Oliveira, teve como objetivo aproximar o Poder Judiciário dos povos originários e apresentar os serviços oferecidos pelo tribunal, com destaque para a recém-inaugurada Unidade Avançada de Atendimento (UAA) de Serro.

O sentimento de acolhimento foi imediato por parte dos moradores, a comitiva foi recepcionada com música, cantada por devotos de São Sebastião e membros da comunidade. O presidente da Associação Comunitária Quilombola de Queimadas, Ataíde de Paula, expressou a surpresa e a gratidão da população. "É uma honra para nós, para a comunidade, uma coisa que a gente não esperava isso acontecer nunca, e para gente não tem nem palavra, certo? Nem palavra nós temos para agradecer."

A presença da Justiça Federal representou um marco de reconhecimento, o primeiro secretário da associação, Jair Júnior, classificou o evento como um marco histórico. "Esse evento, nós consideramos um dos eventos mais importantes de toda a história aqui de Queimadas, onde nós tivemos a oportunidade de receber a Justiça Federal e que a comunidade tivesse voz e vez."

TRF6 homologa acordo que viabiliza obra do Viaduto Ferradura em Nova Lima

2/07/2026



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) homologou, na terça-feira (30/6), um acordo firmado em audiência de conciliação que viabiliza a utilização temporária de parte de um imóvel pertencente ao órgão como canteiro de obras para a construção do Viaduto Ferradura, em Nova Lima.

A obra tem como objetivo melhorar a mobilidade entre Nova Lima e Belo Horizonte. O Viaduto Ferradura é uma importante intervenção de infraestrutura viária localizada na divisa entre os dois municípios, na Região Metropolitana da capital, e busca reduzir um dos principais gargalos do trânsito local.

A audiência de conciliação foi realizada no Plenário do TRF6, com a presidência da desembargadora federal Mônica Sifuentes, no âmbito do Agravo de Instrumento nº 6002396-62.2025.4.06.0000.

